

Mesmo antes de tomar posse, futura administração se movimenta para barrar na Justiça decisões que podem provocar rombo de pelo menos R\$ 160 bilhões nos cofres públicos. Os usineiros pedem indenizações de R\$ 40 bilhões. As empresas aéreas pleiteiam quase R\$ 7 bilhões

Os esqueletos que assombram Lula

Vicente Nunes e
Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

Há pouco mais de duas semanas, o presidente do PT, José Dirceu, procurou, muito assustado, os assessores parlamentares do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Alguns colegas petistas haviam lhe alertado que os ministros daquela Corte poderiam empurrar um rombo de R\$ 66,1 bilhões para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, por tabela, abrir um buraco de R\$ 26 bilhões no sistema financeiro privado. Os prejuízos para os cofres públicos decorreriam de uma longa batalha que os mutuários travam contra os bancos para mudar o índice de correção da casa própria em abril de 1990, segundo mês do governo Collor. O julgamento do caso foi suspenso no último dia 6 de novembro, com a decisão do ministro José Delgado de pedir vistas do processo.

Os mutuários reclamam que as prestações deveriam ter sido corrigidas pelo extinto Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), que variou 41,28% em março de 1990, e não pelo Índice de Preços do Consumidor (IPC), de 84,32%, como foi determinado na época. O BTNF foi o índice usado para atualizar o dinheiro da caderneta de poupança bloqueado por Collor. O assunto é tão polêmico que, desde julho, o STJ vem tentando lhe dar um parecer final. Mas ao se depararem com o tamanho da conta que terá de ser arcada pelo Tesouro Nacional e com os riscos de quebra de vários bancos, alguns ministros que apoiavam os mutuários mudaram os votos.

Pelas contas do atual governo, a Caixa Econômica Federal levaria um tombo de R\$ 22,2 bilhões se o STJ optasse pelo IPC para a correção das prestações. Na Emgea, subsidiária da Caixa que administra os créditos imobiliários pobres, o rombo seria de R\$ 22 bilhões. Outros R\$ 12,5 bilhões teriam de ser arcados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e R\$ 4,4 bilhões recairiam sobre o Banco Central. "Não acredito que a Justiça ratifique o pedido dos mutuários, pois o sistema financeiro em geral não resistiria a tal impacto (R\$ 87,1 bilhões)", diz o Procurador da Fazenda Nacional, Almir Bastos.

DE NOVO, OS USINEIROS

Abriga em torno da correção das prestações da casa própria é, no entanto, apenas um dos esqueletos que prometem sair do armário em 2003. Os esqueletos são dívidas não reconhecidas pelo governo, mas que acabam aparecendo nos momentos mais impróprios, muitas vezes com o aval da Justiça. Segundo levantamento da Advocacia Geral da União (AGU), a saúde financeira do governo Lula também corre riscos, caso a Justiça favoreça a indústria sucro-alcooleira. Pelo menos 300 empresas e 60 mil plantadores de cana-de-açúcar cobram R\$ 40 bilhões da União, alegando perdas com o congelamento de preços durante os planos econômicos, sobretudo no Cruzado, de 1996.

O mesmo congelamento de preços é alvo de ação das companhias aéreas do país, que se dizem lesadas em pelo menos R\$ 7 bilhões por terem sido proibidas de reajustarem tarifas. A maior cobrança parte da Varig — R\$ 4 bilhões —, empresa que passa por aguda crise financeira.

A questão agrária pode ampliar o rombo no caixa do governo em R\$ 400 milhões. A Justiça analisa pedido de indenização contra a União pela desapropriação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, uma das primeiras a serem usadas para assentamentos de sem-terra. A AGU alerta, porém, que as surpresas preparadas pelo Judiciário para os quatro anos do

futuro governo podem ser maiores do que o esperado — cerca de R\$ 160 bilhões. Muitas reivindicações, como as que tratam de correções extras para títulos da dívida pública, podem ter efeitos multiplicadores perversos para o equilíbrio das contas públicas.

Não bastassem os esqueletos, Lula terá de enfrentar buracos cristalizados no caixa do governo. O maior deles talvez esteja na Previdência. Especialmente, no que refere às aposentadorias dos servidores públicos. "A previdência dos inativos e pensionistas do setor público está fora de controle", diz o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Os cálculos feitos pela assessoria de Orçamento do Congresso mostram que a arrecadação em 2003 para a Previdência pública será de R\$ 3,6 bilhões, mas os gastos chegarão a R\$ 33 bilhões. Ou seja: déficit de R\$ 29 bilhões para pagar benefícios integrais a três milhões e trezentas mil pessoas.

"Nesse universo, há pessoas que entram no serviço público com 50 anos, contribui por dez anos e se aposenta

com salário integral. Nenhum país do mundo agüenta isso", diz Aleluia. Em 2000, os gastos com aposentadoria dos servidores foram de R\$ 25 bilhões. No ano seguinte, chegaram a R\$ 29 bilhões. Neste ano, baterão em R\$ 30 bilhões. "Virou uma bola de neve."

REGRAS DIFERENTES

Mas o assunto deve ser analisado com cautela. A equipe de transição de Lula ouvirá de estudiosos do sistema e de técnicos do Ministério da Previdência, que conhecem a fundo o problema, um discurso bem diferente do pregado por Aleluia. Primeiro, diz a professora de Economia da UFRJ, Maria Lúcia Werneck Viana, é preciso iniciar as conversas lembrando que o regime dos servidores públicos e o geral (a conhecida Previdência Social, administrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS) têm regras diferentes.

As 19,9 milhões de pessoas atendidas pelo INSS têm teto de benefício e de contribuição e receitas fixadas pela Constituição. O problema é que o governo vem

utilizando esses recursos em outras áreas. "Em 2001, a arrecadação das receitas da seguridade social fecharam em R\$ 136 bilhões. A despesa com a Previdência, saúde e assistência social totalizou R\$ 105 bilhões. Portanto, não tem déficit na Previdência", diz a professora. Ela inclui nessa conta a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Todas instituídas para financiar a chamada seguridade social.

Quanto ao regime dos servidores públicos, no entanto, a situação é muito grave. Parece não haver imposto que dê jeito no rombo bilionário que cresce numa velocidade espetacular ano a ano. Por isso, o PT não descarta a contribuição dos servidores inativos, hoje um universo de três milhões de pessoas, que têm a previsão de consumir R\$ 33 bilhões do Orçamento. "Vamos pôr o assunto (contribuição dos inativos) em negociação. É um tema recorrente toda vez que se fala sobre uma reforma no setor", afirma o líder do PT na Câmara, João Paulo Cunha (PT).



O PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PODERÁ SUSPENDER PARTE DE SEUS PROGRAMAS SOCIAIS, CASO SEJA OBRIGADO A PAGAR AÇÕES MILIONÁRIAS A MUTUÁRIOS DA CASA PRÓPRIA, UMA CONTA DE R\$ 66,1 BILHÕES

AS GRANDES BRIGAS JUDICIAIS

CASA PRÓPRIA

Mutuários que financiaram a casa própria reclamam na Justiça a troca do índice de correção dos contratos fechados até março de 1990. Eles reclamam que o saldo devedor deveria ter sido atualizado pelo extinto Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), de 41,28%, e não pelos 84,32% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O caso está no STJ e pode resultar em prejuízos de R\$ 66,1 bilhões ao Tesouro Nacional.

EMPRESAS SUCRO-ALCOOLEIRAS

Somam 200 ações, em diversos estágios, perícias, sentenças, apelações, embargos à execução judicial, somando cerca de R\$ 40 bilhões. Os interessados são 300 indústrias e 60 mil plantadores de cana de açúcar. Eles cobram, principalmente, supostas perdas com o congelamento de preços em planos econômicos como o Cruzado.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Aproximadamente 300 hospitais que integram o SUS demandam em juízo o reajuste de 9,56% nas tabelas de procedimentos médico-hospitalares, alegando perdas na conversão do cruzeiro real para o real, em 1994. Há uma concentração de ações nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os valores dos processos não estão definidos.

TÍTULOS DA DÍVIDA DO INÍCIO DO SÉCULO

Tramitam em diversas varas federais do país ações nas quais os autores pleiteiam o resgate de apólices acrescido de juros e correção monetária. Os títulos foram emitidos entre os anos de 1902 e 1926, com a finalidade de captar recursos para a construção de estradas de ferro e obras de saneamento. Muitos títulos são falsos.

COMPANHIAS AÉREAS

As maiores empresas de aviação do país cobram indenizações pelo congelamento dos preços das passagens aéreas durante o Plano Cruzado. Por baixo, as indenizações chegariam a R\$ 7 bilhões. A maior delas é cobrada pela Varig, empresa que está quase quebrando. Curiosamente, a única companhia a sair vitoriosa dos tribunais foi a Transbrasil, que foi à falência neste ano. A empresa levou mais de R\$ 700 milhões.

FAZENDA ANNONI

Foi uma das primeiras propriedades a serem desapropriadas pelo Incra para assentamento de sem-terra. A fazenda fica no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul. No momento, estão em curso uma ação ordinária e um processo de execução movidos por Ernesto José Annoni e sucessores contra a União e o Incra. A indenização pedida chega a R\$ 400 milhões.

Fonte: Advocacia Geral da União (AGU)